

A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA A MOBILIDADE SOCIAL

Emanuely Cury Alexandre Silva¹
curyemanuely@gmail.com

Isabela Fernandes Gennari
Isabelagennari235190@gmail.com

Leonardo Augusto Brandão
Leoaugbb05@gmail.com

Pedro Henrique Salustiano
Pedrohenriquefs400@gmail.com

Resumo: Este artigo trouxe a educação como ferramenta para a mobilidade social, abordando como o ensino de qualidade poderia trazer uma mobilidade positiva socialmente, fazendo com que pessoas de classe baixa não fiquem estratificadas em suas posições sociais, mas que tenham a possibilidade de mover-se positivamente na pirâmide social. As pesquisas foram realizadas na seguinte ordem: O que é educação, sua função social e o contexto brasileiro. O trabalho destacou que a educação traz possibilidades, mas a realidade brasileira e sua desigualdade impossibilitam estas devido a fatores econômicos, sociais e cultural. Conclui-se que, uma educação boa impacta em toda a vida de um indivíduo e no seu coletivo, possibilitando tanto resultados financeiros quanto em seu *status quo*.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Social; Escola.

Abstract: This article brought education as a tool for social mobility, addressing how quality education could bring positive social mobility, making lower-class people not stratified in their social positions, but having the possibility of moving positively in the social pyramid. The surveys were carried out in the following order: What is education, its social function and the Brazilian context. The work highlighted that education brings possibilities, but the Brazilian reality and its inequality makes these impossible due to economic, social and cultural factors. It is concluded that a good education impacts the entire life of an individual and his collective, enabling both financial results and his status quo.

KEYWORDS: Education; Social; School.

Introdução

O presente trabalho tem por fim a ênfase da importância da educação na ascensão da população na atual sociedade piramidal brasileira, estratificada e desigual como ela é.

A educação brasileira experimenta vigorosas turbulências na viagem em direção ao futuro. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

¹Alunos do Ensino Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio, na Etec de Poá, Poá/SP, Centro Paula Souza. Orientados pela Profa. Tânia Regina Cirillo.

em 2019, dos 50 milhões de brasileiros entre 14 e 29 anos de idade, 20% (10,1 milhões) não completaram alguma etapa do ensino fundamental ou médio.

“Entendemos que o campo da Educação e a escola pública mais especificamente vivem uma crise sem precedentes na história do nosso país.” (BOTO *et al.*,2020).

A importância da educação vai além da transmissão de conhecimento teórico. Ela contribui diretamente no desenvolvimento neurológico, na formação cidadã e na aquisição de habilidades como tomada de decisões e ponderação sobre consequências, além das paralelas habilidades socioemocionais (VALENTE, 2017)

É coerente também a assimilação da qualidade de um sistema público educacional e a prosperidade de uma nação, como visto nos países nórdicos (Suécia e Noruega, por exemplo), onde o investimento na educação teve uma consequência direta nos seus crescimentos e entrelaçou-se com suas economias (MELO, 2011)

Surgem então, questionamentos intermináveis em relação a qualidade do ensino nas escolas (majoritariamente públicas), sua efetividade na democratização do estudo e sua viabilidade como ferramenta para o atingimento da mobilidade social.

Este trabalho, no entanto, se concentrará na seguinte Questão: Como a educação formal auxilia na mobilidade social positiva dos cidadãos brasileiros?

O objetivo geral é discutir a relevância da educação no desenvolvimento de uma sociedade.

Os objetivos específicos são: O que é educação, sua função social e o contexto brasileiro.

A hipótese da pesquisa é:

- A ausência da educação de qualidade para as minorias que geram uma desigualdade social no Brasil e levam uma parte considerável da população a romper seus ciclos estudantis e são – muitas vezes “obrigados” – a recorrerem a empregos enquanto jovens, diminuindo a taxa de retenção dos estudantes nas escolas, principalmente na faixa etária dos 16 anos.

Justificativas de pesquisa (pessoais):

Emanuelly Cury: Ao longo do desenvolvimento do TCC nosso time teve dificuldades para escolher um tema que representasse a todos nós. Finalmente com o tema decidido fico feliz em dizer que me sinto lisonjeada por fazer um

projeto com um tema tão relevante. Através dele tenho a chance de representar a realidade brasileira, mas tentando encontrar possíveis soluções para os poucos recursos oferecidos ao povo. Acredito que é uma boa forma de conscientizar as demais pessoas sobre a importância desse assunto também.

Isabela Gennari: A escolha do nosso tema foi baseada nas experiências de alguns integrantes do grupo, sendo uma delas a minha. O nosso tema aborda como podemos usar a educação como uma ferramenta para a mobilidade social. Escolher isso foi para conseguir que pessoas como eu que não tem uma vida financeira muito abundante, possam mover-se positivamente na pirâmide social, e essa mobilização seria por meio da educação, pois com o conhecimento necessário e com um melhor diploma a pessoa de baixa renda consegue viver uma vida com melhores condições e melhores oportunidades.

Leonardo Brandão: Tenho como contexto para esta pesquisa minha experiência pessoal com o efeito de uma educação dedicada e bem-estruturada na mudança da vida do cidadão brasileiro. Assim, reconheço a avassaladora importância de um sistema público eficiente na ascensão pela pirâmide social, principalmente na vida de pessoas de baixa renda que muitas vezes tem, sim, vontade de estudar, mas são sistematicamente afastadas da educação. Minha escolha de tema reconhece também minha identificação como estudante de baixa renda que anseia por uma vida melhor através de estudos, assim, um dos fatores que mais me influenciam e influenciaram é a empatia.

Pedro Henrique: A escolha do nosso tema foi decidida a partir do fato de que a educação é a principal ferramenta para termos uma melhora na nossa sociedade, tanto no âmbito social como econômico, desta forma podendo ter uma sociedade mais igualitária. A mudança de classe social é o objetivo de muitos jovens de baixa renda, porém, com os recursos oferecidos pelo Estado, isso se torna algo quase impossível, por isso vejo um tema de extrema importância.

Justificativa de pesquisa (social):

Temos como justificativa social a democratização da educação como ferramenta para atingir um aumento da mobilidade social brasileira, fazendo com que jovens de baixa renda tenham maiores oportunidades de ingressar em faculdades de primeira linha e ter, conseqüentemente, um melhor desempenho no mercado de trabalho, favorecendo a nação como um todo e podendo melhorar seu próprio estado de vida.

A metodologia compreende pesquisas bibliográficas.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. O que é a educação e sua importância

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações. E já que, pelo menos por isso, sempre achamos que temos alguma coisa a dizer sobre a educação que nos invade a vida, por que não começar a pensar sobre ela com o que uns Índios uma vez escreveram? (BRANDÃO, 1981, p.116)

Segundo a Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu art. 1º, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A educação é um direito social sem discriminações previsto na Constituição de 1988 e Rodrigues e Guedes (2019) afirmam:

[...] acredita-se que a reflexão sobre a diversidade seja o ponto de partida da nossa caminhada rumo a transformações conceituais e práticas da escola, a fim de garantir educação para todos por meio de aprendizagens efetivas que garantam a permanência do aluno e, conseqüentemente, seu sucesso escolar.

Zimmer (2011) afirma que o cidadão com maior escolaridade exerce seus direitos políticos mais efetivamente, existindo vários estudos que reforçam a forte relação entre participação política e nível de escolaridade.

Dias e Pinto (2019) definem que a educação, desde sua criação, objetivos e funções, está relacionada ao contexto político, econômico, científico e cultural de uma determinada sociedade. Não há um modelo único ou certo de educar. É coordenada por maneiras encontradas pelas pessoas de “[...] tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida”, como definido por Brandão (1981). Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos, segundo Brandão (1981).

2.1.1. Educação, multiculturalidade e cidadania

Além da transmissão de conhecimento teórico, as escolas têm o dever de exercer a função social de promover a pessoa individualmente, como cidadã e qualificada para o trabalho, conforme determina a Constituição de 1988. Ser cidadão pressupõe identidade e pertencimento, mas, também, o sentido solidário de participação numa causa comum, ou seja, Vasconcelos (2007) acredita que a cidadania é, além do conceito de individualidade, uma maneira de se ver e se espelhar numa população; um grupo de pessoas que acreditam em algo e querem o melhor para a sociedade.

O cidadão é definido como pessoa em plena posse dos seus direitos civis e políticos para com um estado livre e sujeita a todas as obrigações inerentes a esta condição. Como declarado na Carta das Responsabilidades Humanas (2007), os participantes de uma sociedade possuem o ônus de cumprir suas responsabilidades políticas e a construção de normas e regras sociais (como leis), para que todos possam viver em ambientes agradáveis e viáveis a toda a população independentemente de seu estado financeiro, etnia, sexualidade ou gênero, Vasconcelos (2007).

Oliveira Martins (1992) afirma que a escola é um lugar fundamental e de significado exponencial para a cidadania e para a construção de uma nação melhor, além de ser o primeiro passo a um convívio em sociedade que não seja a família da criança. Oliveira Martins (1992) acredita também que a cidadania deve ser ensinada como os valores de fazer decisões levando em consideração também a multiculturalidade de seu país, compreendendo singularidades, contextos sociais e desigualdades estruturais e compreensão de culturas, nações e o mundo.

Assim, a educação se impõe como direito imperioso de todos os cidadãos de uma nação, sempre refletindo diretamente nas crenças e valores de uma sociedade. Esse poder também vem acompanhado de uma capacidade de manutenção do status quo muito intensa. Assim, a escola detém a força de moldar os pensamentos de uma população conforme os objetivos de quem a domina. A pobreza muito mais do que falta de comida, habitação ou afins, é carência de direitos, de possibilidades e de esperança (YAZBEK, 1996, p. 63)

Como será citado em maiores detalhes posteriormente, o Brasil historicamente carrega o peso de uma educação desigual, relacionada intrinsecamente ao preconceito, sobretudo o racismo. A educação exerce

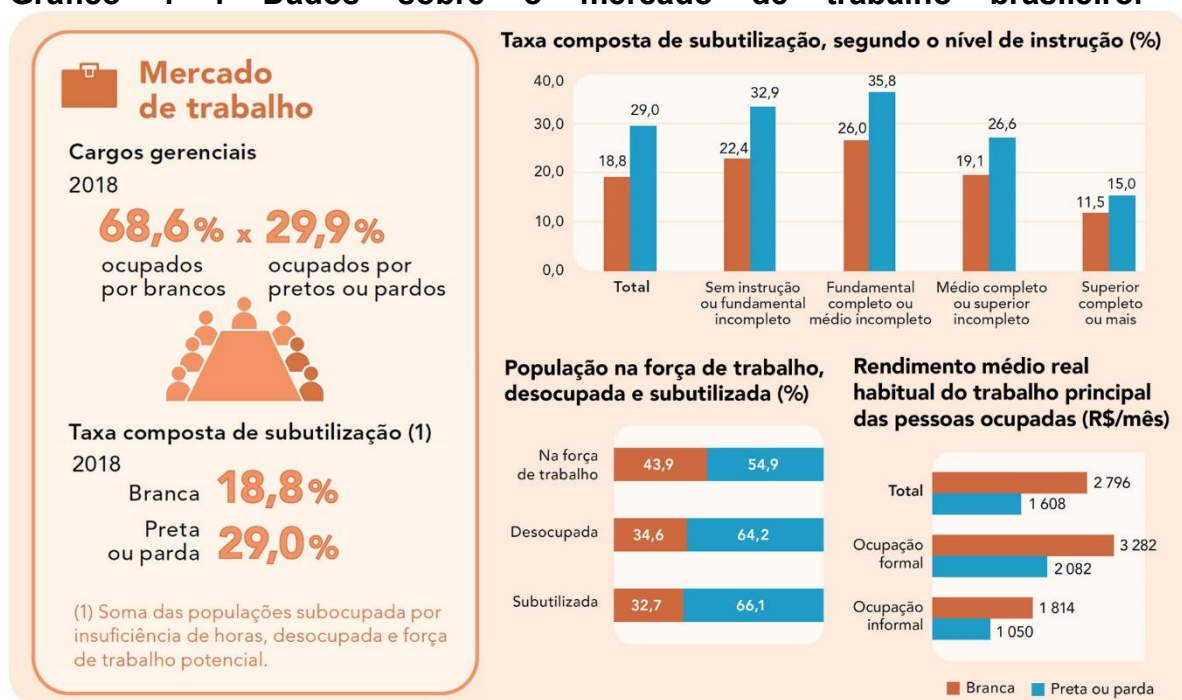
fortíssima influência na multiculturalidade, ainda mais em um país onde grande parte da identidade nacional é a miscigenação:

Temos que refletir sobre a postura de multiculturalismo, com a convivência pacífica de várias culturas em um mesmo ambiente. É um fenômeno social diretamente relacionado à globalização; as sociedades pós-modernas e a escola não podem se abster desse papel de fornecer conhecimento como embasamento para reflexões, opiniões e histórico social, não apenas de uma imposição da cultura dominante, que teria culminado com a hegemonização da globalização, mas com as múltiplas culturas que habitam em harmonia justamente em função da possibilidade das relações globais. A ideia é que as culturas são diversas e devem ser respeitadas na sua essência, sem existir certo ou errado nos costumes. (RODRIGUES e GUEDES, 2019).

Como afirmado pelos mesmos autores, a diversidade extrema de etnias que marca o Brasil traz à nação uma incerteza; uma falta de consenso quanto a que valores seguir, a quais vulnerabilidades atender. Porém, conforme Maia e Silva (2019), o simples debate sobre diferenças e identidades significa, em seu abstrato, uma luta social onde se objetiva o respeito, a tolerância e a integração de valores.

Compreende-se que a educação possui o ônus de promover e garantir a convivência pacífica de várias culturas ao mesmo tempo, objetivo esse que não é atingido por nosso sistema, conforme for provado por dados do IBGE (2018) que mostra a desigualdade racial que assombra o passado recente do nosso país:

Gráfico 1 : Dados sobre o mercado de trabalho brasileiro.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018).

Esses dados de 2018 mostram a evidente desigualdade que atualmente atinge o país e também demonstra que a parcela da população mais afetada por esta desigualdade é a população preta ou parda. O infográfico aponta que as pessoas pretas ou pardas são as que mais sofrem no país com a falta de oportunidades e a má distribuição de renda. Embora representem a maior parte da população (55,8%) e da força de trabalho brasileira (54,9%), apenas 29,9% destas pessoas ocupavam os cargos de gerência (em 2018).

Utilizando de fontes paralelas, Alves e Soares (2003) também afirmam, em uma pesquisa sobre desigualdades raciais no sistema brasileiro, que:

Os resultados mostram que (1) há um grande hiato entre alunos brancos e negros e, em menor grau, entre alunos brancos e pardos em relação ao desempenho escolar; e (2) os fatores produtores de eficácia do ensino não têm uma distribuição equânime, pois eles favorecem principalmente o desempenho escolar dos estratos socialmente mais privilegiados, ou seja, alunos brancos, contribuindo, na maioria das situações analisadas, para acirrar e não reduzir a diferença basal entre os grupos raciais. (Alves e Soares, 2003, p.147).

Autores como Candau (2002; 2003) enfatizam a relação existente entre escola e cultura e instigam a buscar melhor compreensão acerca da importância da cultura no processo de aprendizagem e nas práticas pedagógicas.

É imperioso que a diversidade deve ser um tema discutido ativamente no ambiente escolar e pregada pelos professores para que, as crianças, desde a infância, se familiarizem com essa temática, evitando possíveis futuros estranhamentos, até mesmo inconscientes (RAMALHO, 2015). Com sua influência, a escola pode ajudar a aumentar ou diminuir esses grupos minoritários, dando, como citado anteriormente, mecanismos de poder a alguns e a simples e direta negligência a outros (RAMALHO, 2015). Diminuindo a escala, também se compreende a responsabilidade dos professores nesse tema, conforme Ramalho (2015, p. 29-36) assinala:

[...]Diante da magnitude da diversidade cultural existente dentro da sala de aula, o professor deve ter claros os objetivos para conseguir que os alunos interajam entre eles, para que ocorra uma troca, tanto dos alunos entre si, quanto do professor com eles. Dessa forma, se faz necessário que o professor leve em consideração os conhecimentos prévios dos alunos, entretanto filtrando quais desses conhecimentos são pertinentes para

serem utilizados em sala de aula.

Este último tópico dialoga diretamente com o gráfico de dados mostrado, já que a baixa escolaridade chega a triplicar as chances de desemprego, conforme afirma a OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2015): A pesquisa mostra que 13,7% dos adultos que não concluíram o ensino médio ficam desempregados. Nível cai para 5,3% entre pessoas com diploma (REVISTA VEJA, 2015).

Conforme as informações apresentadas, é essencial compreendermos a relação entre escola e cultura, além do potencial que a mesma tem de servir como uma primeira introdução das crianças à novas culturas. No mesmo tema, existe uma clara relação entre prosperidade econômica através do labor e etnia, considerando já principalmente o histórico brasileiro de rasa distribuição de renda, mote que será abordado no próximo título.

2.2. A educação precária como herança de uma sociedade desigual

BITENCOURT, (2016 apud CARVALHO, 2008; FERNANDES, 1966; FREIRE, 1967) Os processos de organização social, crescimento e desenvolvimento econômico de formação das instituições no Brasil, desde seu período colonial, tiveram como característica predominante os interesses das elites dominantes de diferentes épocas.

O Brasil sempre teve uma predominância das elites na educação, por ser uma sociedade estruturada no favorecimento da alta sociedade. Assim, foi-se gradualmente desencadeando uma desigualdade social avassaladora à classe popular, em especial às minorias, com origens em até meio milênio atrás. Casimiro (2007, p. 87), demonstra que:

[...] os brancos, portugueses, filhos da elite, eram alvo de uma educação formal, longa e diversificada, preparatória para o poder e/ ou para a vida eclesiástica. [...]. Outros portugueses, pertencentes aos segmentos restritos das classes populares, tinham acesso apenas aos rudimentos escolares: isto é, ler, escrever e contar; [...] para os índios e mestiços, a educação era ministrada nas missões, nos engenhos e nas igrejas. A estes ensinavam-se, precariamente, o catecismo preparatório para o batismo, para a vida cristã, além de ofícios e tarefas servis que, naquele tempo, por serem consideradas desonrosas, não podiam ser executadas pelos brancos; [...] os colonizadores desenvolveram, também, pedagogias para tratar da educação/ evangelização dos escravos.

A escola, como um meio de reprodução hereditária cultural, possui o poder de manter estratificada as desigualdades e justiça sociais e culturais, afinal, na

juventude, o ser humano se encontra mais suscetível psicoculturalmente, ou seja, revelam-se mais receptivos a condicionantes estruturais. A manutenção de um *status quo* recai muito sobre uma ideologia de uma determinada época, e não por simples individualidades e crenças, mas sim por efeitos sociológicos fora de seu alcance, conforme afirma Martins (2016). A educação tem sido falha e pobre de enriquecimento do intelecto dos jovens, já que ela tende a normalizar essa desigualdade, sem lidar com a falta de democratização educacional, se tornando algo constante perante a sociedade. Desigualdade essa que “[...] surpreende tanto por sua intensidade como, sobretudo, por sua estabilidade” (HENRIQUE, BARROS, E MENDONÇA, 2001, p. 23).

O Brasil é um país carente e com poucos recursos investidos na educação; a pobreza da população gera um grande déficit educacional no nosso país. (SCARABOTO, 2022). Entende-se que a pobreza faz com que o aluno não tenha a disponibilidade de estudar para garantir um diploma, tendo por fim um jovem com ensino básico incompleto, manifestando uma desigualdade educacional que reafirma a desigualdade social, como citado no último título. A falta de investimentos do Estado na educação faz, então, com que ela não seja democratizada, mas centralizada a um grupo minoritário no país, pois, como lembra Scaraboto (2022), os estudos microeconômicos mostram que a pobreza é o elemento que gera o déficit educacional, e as crianças ficam em uma situação muito mais precária e tem mais dificuldade de aprendizado.

Igualmente, Fernandes (1966), citado por Martins (2016), define que “[...] existe uma interdependência estrutural e dinâmica entre a educação e a sociedade”, sendo assim em um país desigual e pobre, gera uma educação desigual e ineficiente à sua população.

Madeiros, J. Barbosa, Carvalhaes (apud Costa Ribeiro, 2011; Marteleto, Carvalhaes e Hubert, 2012; Marteleto; Marschner e Carvalhaes, 2016) A educação é fortemente condicionada por fatores demográficos e pela origem social.

A obtenção de mais anos de estudo ou de graus mais elevados está associada a maiores rendimentos. E se compreendermos que esses efeitos são, ao menos em parte, expressão da produtividade adicionada, então a educação produziria retornos maiores do que boa parte dos outros investimentos (CARD, 1999).

A centralidade dada nas políticas e nas análises a superar as desigualdades sociais pela igualdade educacional tem sido dominante no pensamento político hegemônico, secundarizando destacar e denunciar as desigualdades sociais como produtoras e reprodutoras

Conclui-se que a educação se tem atualmente como produto de desigualdades históricas intensas, tanto raciais quanto econômicas. A educação tem uma relação indivisível com o estado social de uma população onde é estabelecido um vínculo bilateral, onde a educação de má qualidade propaga a desigualdade social que, por sua vez, faz com que o cidadão não tenha um acesso facilitado à uma educação, e, conseqüentemente, também tenha menos possibilidade de convergência para com a mobilidade social. A educação também traz resultados econômicos claros, já que a abundância de mão de obra especializada faz a produção e economia de um país tenderem a crescer. Vale também ressaltar que a educação amplia apenas a tendência de alguém ganhar mais, mas não é algo cem por cento garantido, da mesma maneira que um diploma não a garantirá salários necessariamente altos, mas auxilia a otimizar os rendimentos baseados em outros concorrentes do mercado menos escolarizados.

2.2.2. A educação visando um desenvolvimento individual

Decorrente da competição laboral intensa que inunda as veias do Brasil, o mercado passa a valorizar mais a qualificação, a competência e a educação dos trabalhadores (PASTORE E SILVA, 2000). Além disso, outros obstáculos como a precocidade da inserção no mercado de trabalho também dificultam a mobilidade social do brasileiro. Apesar do Brasil ter tido inúmeros avanços nos últimos anos, ainda existe muito a ser feito: de acordo com um estudo feito pelo IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica) com adolescentes entre 11 e 19 anos, cerca de 11% das crianças brasileiras estão atualmente fora da escola. A mesma pesquisa também revela que 48% dos entrevistados saíram da escola por ter que trabalhar e 30% afirmam ter saído por falta de compreensão do conteúdo escolar. Logo, compreende-se a pesada influência da desigualdade social na educação, que são duas fortes forças firmemente vinculadas.

A pobreza muito mais do que falta de comida, habitação ou afins, é carência de direitos, de possibilidades e de esperança (YASBECK, 1996, p. 63)

Como mostra Medeiros, J. Barbosa, Carvalhaes (2019), a origem social afeta aprendizados de habilidades e capacidades, que poderiam garantir uma posição mais favorável na estrutura social, provando que pessoas menos

favorecidas socialmente teriam poucos acessos a ensinamentos de competências essenciais. Conforme também afirmam, o sistema já existente poderia ser afetado de forma constante se uma educação de qualidade fosse promovida, formações qualificativas seriam mais frequentes e benéficas aos estudantes.

Zimmer (2011) diz que, em nosso tempo de inovações tecnológicas, foram reconhecidos que níveis educacionais mais elevados são pré-requisitos para a inserção no mercado de trabalho:

Devido às necessidades diferenciadas, principalmente em empresas inovadoras, as quais envolvem a participação dos trabalhadores nos processos decisórios, maiores conhecimentos e capacitação são fundamentais.

Logo, entende-se que a renda e escolaridade estão intrinsecamente ligados:

Portanto, quanto maior o nível de formação, maior seria o salário percebido, pois as habilidades adquiridas com os estudos e treinamentos anteriores ampliam a produtividade do trabalhador, justificando maiores ganhos sem prejudicar os lucros do empregador (ZIMMER, 2011)

Desta forma, a desigualdade social acarreta às pessoas pobres grandes prejuízos educacionais, resultando em limitadas mãos de obra qualificadas para o serviço; como será detalhado posteriormente, a educação traz grandes avanços econômicos para a sociedade, e um país que deixa de lado a educação aos desfavorecidos, está automaticamente impedindo um crescimento intelectual igualitário da nação; evidenciando que por condições financeiras poucos conseguem acesso a educação de qualidade para o futuro.

Segundo Medeiros, J. Barbosa, Carvalhaes, (2019), os impactos da educação em relação a pobreza ainda são relevantes, porém conforme o passar dos tempos o poder de redução da pobreza por meio da educação decaiu muito, pois as políticas do mercado de trabalho tornou o rendimento dos pobres mais independentes de sua educação. Por esta independência educacional para conseguir um emprego, pessoas menos abastadas terminam por preferidas o trabalho à educação, pois quando o mercado de trabalho torna a educação algo

não mais necessário para se inserir nele, o estudo deixa de ser uma prioridade e torna-se algo secundário.

A ignorância da sociedade perante a importância da educação faz com que cada vez mais a desvalorização do diploma esteja presente na sociedade, pois mesmo com uma formação acadêmica, não necessariamente sua renda será maior, já que a escolaridade não é cem por cento traduzida em renda para o indivíduo, já que, numa sociedade capitalista, as leis da oferta e demanda também é aplicada à força de trabalho, que é considerada uma mercadoria que será oferecida no mercado, conforma afirma Medeiros, J. Barbosa e Carvalhaes (2019):

Mesmo em um mercado de trabalho perfeitamente competitivo, a capacidade de pagar mais pelas habilidades individuais depende de uma demanda pela mão de obra qualificada que assegure a adequação entre a formação do indivíduo e sua ocupação (job-skill matching). Sem isso, mais escolaridade não implica necessariamente maior renda. (MEDEIROS, J. BARBOSA, CARVALHAES, 2019, p.9)

Contudo a educação deve ser compreendida como algo para crescimento intelectual e posteriormente financeiro, mas devido a realidade de muitos na população, o resultado monetário é o que fala mais alto; o ensino traz consigo o pensamento crítico, a satisfação do saber, pois para um progresso é necessário conhecimento e aprendizado, elevando a educação para um nível além do econômico, mas ser entendida com um bem-estar social:

Investir em educação, ainda que não gere resultados imediatos sobre a renda, é um fim a ser perseguido por diversas outras razões, várias delas também ligadas ao bem-estar individual e social. (MEDEIROS, J. BARBOSA, CARVALHAES, 2019, p.11).

Concluindo que, a educação é sim uma ferramenta para o aumento de renda, por mais que não seja previsível quanto à intensidade desse aumento, ela é muito mais que um investimento para gerar renda, mas também um investimento intelectual e social, pois com a criação e amadurecimento das análises científicas gera indivíduos competentes e críticos diante de uma sociedade desigual.

2.2.3 A educação visando o desenvolvimento coletivo

Num contexto desenvolvimentista, entendia-se que a evolução de um país do estágio subdesenvolvido para o desenvolvido era meramente uma questão de tempo e habilidades. A partir deste ponto de vista, a desigualdade, seja ela

entre países, regiões ou indivíduos, não é vista como frutos de chagas de um sistema, mas sim reduzida a uma questão de não-qualificação, recaindo toda a responsabilidade para o trabalhador e para ao sistema de ensino (Motta, 2008).

Numa sociedade globalizada, é consolidada uma interdependência internacional através de uma série de problemas que assolam todos os seres humanos e a civilização no geral, como a AIDS, o crescimento demográfico e a degradação do meio ambiente. Esse conceito unificador é chamado de pauperismo (Motta, 2008). Na Cúpula do Milênio da Organização das Nações Unidas, realizado em 2000, definiu-se um conjunto de políticas que foi denominado de Políticas de Desenvolvimento do Milênio (PDMs):

Neste conjunto de políticas sociais, as bases ideológicas de orientação são renovadas com a ideia de gerar 'capital social' e a tese defendida é a de que as reformas econômicas devem definir também ajustes nas dimensões culturais e sociais [...] (MOTTA, 2008)

Logo, de acordo com Motta (2008), as populações se deparam com um obstáculo cultural onde é necessário reformar suas relações sociais de uma maneira onde a sociedade, tanto regional quanto nacional e global, devem auxiliar a população pobre a ingressar no mercado de trabalho de maneira livre e equitativa, com o fim de promover o desenvolvimento social. Para atingir este objetivo, foi proposto por Giddens (2005) um "programa modernizante de democratização", onde é mostrada uma espécie de moral reacionária limitada com o fim de remontar a solidariedade cultural e o coletivismo antigo que foi corroído pelo individualismo contemporâneo. De acordo com Motta (2008), deve-se criar "um programa capaz de controlar adequadamente as forças que a globalização e a mudança tecnológica desencadearam".

Entrando resumidamente na área da macroeconomia, Schwartzman (2004) compreende que a educação possui o poder e a obrigação fundamental de evoluir uma sociedade como o todo, mas principalmente a possibilidade de oferecer uma desenvoltura fluida da economia de um mercado:

[... Primeiro, acredita-se que a educação, como capital humano, aumenta a produtividade e gera riqueza. Depois, a ampliação do acesso à educação daria mais oportunidades a todos, reduzindo a desigualdade social. Terceiro, ao difundir os valores de convivência social e comportamento ético, a educação fortaleceria o capital social, gerando mais confiança, honestidade e credibilidade nas transações econômicas, fortalecendo os mercados e criando um ambiente mais favorável para os investimentos. (SCHWARTZMAN, 2004, p. 48)

Atualmente no Brasil, a educação é intensivamente vista como um instrumento de desenvolvimento do "capital humano individual", mas não dialoga

com o capital humano social, a partir do momento em que se o mercado, mais restrito e exigente, exige a “posse de um conjunto de saberes, competências e credenciais que o habilitam para a competição pelos empregos disponíveis” (GENTILLI, 1998), mas da mesma maneira em que o PIB não reflete precisamente o bem-estar social, o crescimento econômico pode vir acompanhado de alta taxa de desemprego e de imensos setores da população fora dos benefícios desse mesmo crescimento da economia (GENTILLI, 1998).

De acordo com Gentili (1998), as escolas tinham a função de, a princípio, integrar os indivíduos à vida produtiva de uma nação:

Na concepção de educação com 'função econômica integradora': "A escola e as políticas educacionais podiam e deviam ser um mecanismo de integração dos indivíduos à vida produtiva".

A não eficácia do desempenho na 'função de integração econômica' poderia comprometer o desenvolvimento efetivo dos indivíduos e das nações, isto é, poderia impedir o pleno desenvolvimento das capacidades produtivas, o crescimento econômico, o desenvolvimento social do país e, conseqüentemente, a melhoria do bem-estar dos indivíduos. (GENTILLI, 1998)

Gentilli mostra a proposta de um pleno emprego, afirma que:

A garantia do emprego como direito social (...) desmanchou-se diante da nova promessa de empregabilidade como capacidade individual para disputar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado oferece. (GENTILLI, 1998)

Num contexto global, a educação partiu de um conceito integrador e social/coletivo para uma motivação praticamente plenamente individual, onde as pessoas são enfatizadas ideologicamente em relação à suas capacidades e competências que devem ser desenvolvidas para atingir melhores condições de disputa e melhor posição no mercado de trabalho. Sustentado por uma miséria avassaladora e crescente, o neoliberalismo apresenta a pobreza como um status de ameaça em nível mundial e conscientemente apresenta apenas uma opção: o individualismo, óptica por onde se vê o mundo como um universo livre à possibilidade e propenso a uma acumulação de riquezas planejada e igualitária, uma visão plenamente meritocrática. (MOTTA, 2008) Essa ideologia contemporânea se sustenta à custo de um sentimento coletivo e colaborativo, que por consequência corrompe a utilização do tal “capital humano social”. Como antítese, Giddens (2005) defende o retorno da coletivização que, por consequência, resultaria em ambientes mais frutíferos à toda uma nação, conforme explicado por Schwartzman (2004).

2.3. Os avanços educacionais no Brasil

A educação brasileira, ainda que apresente uma melhoria na qualidade do ensino na última década, reduções nas taxas de analfabetismo, aumento de matrículas em todos os níveis de ensino e reflexos positivos no nível de escolaridade média da população, o País ainda tem muito a melhorar para superar o déficit histórico (INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003).

Para que seja possível avaliar a qualidade da educação brasileira, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) divulga os resultados de avaliações feitas por redes e escolas, sendo o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB), o principal indicador utilizado para acompanhar a qualidade da educação básica. O IDEB, que utiliza as notas da Prova Brasil/Saeb para estabelecer as taxas de aprovação dos alunos. Esses dados são utilizados para que sejam traçadas métricas buscando a melhoria do ensino, dessa forma fazendo com que o Brasil consiga atingir o estágio educacional de países desenvolvidos (FERNANDES, 2009).

A disputa entre as nações ricas por um lugar competitivo no mercado global tem feito com que os governos se preocupem cada vez mais com o sistema educacional do País, porém os grandes investimentos levantam questionamentos a respeito da eficácia dos investimentos nesse setor e fazem com que se tenham uma aferição cada vez mais detalhada sobre a qualidade da educação. (ANDERSON, 2005). Essa exigência por melhores resultados faz com que as escolas implantem políticas de *accountability*, ou seja, de responsabilidade, mediante as quais se tornam públicas as informações sobre o trabalho da escola.

Uma educação de qualidade passa tanto pelo ambiente escolar quanto pelo ambiente de convívio, assim como diz Dourado (2007) no seguinte trecho:

No que tange aos termos de Qualidade da Educação, é importante pensarmos na medida das dimensões extrínsecas (extraescolares) e intrínsecas (interescolares) como fundamentais para a definição e compreensão teórico-conceitual e para análise da situação escolar que devem ser entendidas de maneira articulada, pois, essas dizem respeito às múltiplas determinações e às possibilidades de superação das condições de vida das camadas sociais menos favorecidas e assistidas e, ainda, as condições relativas aos processos de organização e gestão, bem como, aos processos ensino aprendizagem, tendo em vista a garantia do sucesso dos estudantes.

A qualidade da educação na escola começa por seus gestores que tem o dever de desenvolver um plano pedagógico que consiga suprir as necessidades de seus alunos e que consiga fazer com que eles se desenvolvam tanto no âmbito social quanto no cultural, o que faz uma educação de qualidade segundo Gadotti (1992) é:

É claro, qualidade tem um preço, tem pré-condições. Ela é consequência, consequência de um projeto, de um ambiente, de um conjunto de relações humanas e sociais, mas também de boas bibliotecas, laboratórios, carteiras, material escolar, professores bem formados etc. E mais: só vale a pena ler e escrever se se tiver o que ler e condições para exercitar a escrita. Tudo isso implica valorizar a escola, o que ela produz e valorizar sobretudo o professor.

Com as informações apresentadas é possível compreender alguns dos passos dados pelo Brasil recentemente na área da educação, esses passos podendo ser usados como base para observar medidas que podem ser tomadas futuramente para a melhoria da educação no Brasil, sejam elas hipóteses ou já tendo sido colocadas em prática, acompanhadas de êxito ou não.

2.3.1 A educação e seus impactos coletivos

O estado do Ceará é visto como exemplo para os demais após conseguir ter uma melhora visível na educação, assim alcançando bons resultados que são reconhecidos por organizações de ensino e órgãos da área da educação, aplica-se um sistema de colaboração federativa onde as políticas estaduais incentivam municípios em sua esfera de atribuições. Sendo dividido em três tipos de política: Avaliação, Bonificação e Capacitação. (IPEA,2017)

O Sistema Permanente de Avaliação da Educação do Ensino Básico do Ceará (SPAECE), atua de forma sensata, assistindo escolas públicas e municipais em três pontos:

- Alfabetização – SPAECE Alfa: derivada do Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC, essa avaliação investiga, ano a ano, o nível de proficiência em leitura dos alunos do 2º ano do ensino fundamental;

- Ensino Fundamental – 5º e 9º anos: com periodicidade bienal, essas avaliações são intercaladas ao ciclo do SAEB, aferem o desempenho em língua portuguesa e matemática;

- Ensino Médio – 1º, 2º e 3º anos: realizada anualmente, analisa o desempenho naquelas mesmas disciplinas.

No âmbito do SPAECE, aplicam-se também questionários contextuais, que investigam tanto as condições socioeconômicas e os hábitos de leitura do alunado, como o perfil e a didática dos docentes, além da qualidade da gestão – tendo os diretores como alvo.” (Lições de Experiências Exitosas para Melhorar a Educação em Regiões com Baixos Índices de Desenvolvimento, IPEA, 2017)

A bonificação não gera gastos adicionais aos cofres públicos, pois utilizasse do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). A cota-parte do ICMS cabível ao município é repassada da seguinte forma Educação (72%), Saúde (20%) e Meio Ambiente (8%). Em 2017, esses recursos foram na ordem de R\$ 620 milhões. Com 72% do montante é dedicado ao Índice de Qualidade da Educação (IQE), podemos imaginar o incentivo dos municípios para a melhora constante da educação. O IQE prioriza municípios de pequeno porte e de bom desempenho educacional. Os cálculos mostram que em lugares a cota-parte ultrapassa o valor que é passado pelo Fundeb.(IPEA,2017)

Outra forma de bonificação é o Programa “Escola Nota 10”, que premia as 150 escolas com desempenhos mais altos e também as 150 com os mais baixos desempenhos, mediante os valores de, respectivamente, R\$ 2.000,00 e R\$ 1.000,00 por aluno, por etapa correspondente: anos iniciais do fundamental, anos finais e ensino médio. (IPEA,2017)

No Brasil, existem diversas estruturas e organizações que visam a capacitação e formação dos profissionais da educação, são vários sistemas que se baseiam em distintos arranjos, tais como união com universidades credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC), o uso da educação à distância (EAD), centros de formação continuada, ONGs, etc. O estado do Ceará faz a capacitação não apenas para o corpo docente, mas a todos profissionais da área da educação, desde escolas até secretárias de educação municipais. (IPEA,2017)

3. Considerações Finais

Levando em consideração as pesquisas no início desse artigo, foi concluído que a hipótese deste Trabalho de Conclusão de Curso foi parcialmente confirmada, tendo em vista que governos brasileiros como o do estado do Ceará têm visado a importância que a educação tem para o desenvolvimento da sociedade, pois ela impacta o indivíduo e seu coletivo, assim gerando resultados positivos em vários aspectos, como o financeiro e econômico. Dessa maneira, foram investidos recentemente fundos para melhorar a qualidade de ensino. Outro fator que faz com que se invista nessa área é o socioeconômico em escala mundial, já que grandes potências mundiais possuem uma educação de boa

qualidade.

Por outro lado, a desigualdade na qualidade de ensino nas escolas, de acordo com a região onde estão instaladas, é notória, já que a estrutura social favorece a alta sociedade. Desta forma lugares onde se possui menor renda familiar per capita tende a ser menos desenvolvidos do que aqueles onde a renda familiar per capita é maior, assim a problemática atinge questões geográficas, políticas e sociais.

Portanto, concluímos que, a educação vem como uma forma de promover melhoria de vida social e intelectual, conseqüentemente trazendo grandes avanços econômicos para o país pois, como já dito no artigo, uma população com uma boa educação gera profissionais mais qualificados e desenvolvidos e que tomam posições mais conscientes politicamente.

Referências

- BOTO *et al.* APRESENTAÇÃO. **A escola pública em crise: inflexões, apagamentos e desafios**. São Paulo: Editora da USP, 2020, cap. 1, p. 11.
- BRANDÃO, Carlos. **O Que é Educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 116 p
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Educação : 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101736>> Acesso em 30 jul 2022
- MARTINS, Camila. **EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE**: implicações no contexto Escolar. Porto Alegre: 2016. p. 7-10 - INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

HUMANAS, FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MELO, L. **Educação, qualificação, produtividade e crescimento**

econômico: a harmonia colocada em questão. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. São Paulo: IPEA, 2011. P. 17 Disponível em:

<<https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo5.pdf>>

Acesso em: 02 ago. 2022.

VALENTE, S. **Inteligência emocional em contexto escolar**. Revista Eletrônica de Educação e Psicologia. São Paulo: Revista Eletrônica de Educação e Psicologia, 2017. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/315037489_Inteligencia_Emocional_em_Contexto_Escolar> Acesso em: 02 ago. 2022.

VASCONCELOS, T. **A importância da educação na construção da**

cidadania. Saber(e)Educar. Porto: ESE de Paula Frassinetti, 2007. Disponível em:

<http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/714/2/SeE12A_ImportanciaTeresia.pdf>

Acesso em: 14 set 2022.

SCHWARTZMAN, Simon. **Educação**: A nova geração de reformas.

Monografias.com, 2004. Disponível em:

<https://www.monografias.com/pt/trabalhos/educacao-geracao-reformas/educacao-geracao-reformas.shtml>. Acesso em: 08 out. 2022.

MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Rogério; CARVALHAES, Flavio. **Educação, desigualdade e redução na pobreza no Brasil**. Texto para discussão, Rio de Janeiro, 2447, p. 7, Fevereiro, 2019. Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9100/1/td_2447.pdf

MOTTA, Vânia. **Ideologias do capital humano e do capital social**: Da integração à inserção e ao conformismo. Scielo, São Paulo, p. 5, 6, 8, 10, Outubro, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tes/a/8vWbgtvVcjcdwWWj5rLMzRS/?lang=pt>

SILVA, Gleidson; AMORIM, Simone. **Apontamentos sobre a educação no Brasil colonial**. Scielo, Campo Grande, p. 192, Outubro/ Dezembro, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/inter/a/tGGWx3Dp58Sx3FmY8trzGyR/?format=pdf&lang=pt>

ARROYO, Miguel. **40 anos: Educação e sociedade seção comemorativa**: Reafirmação das lutas pela educação em uma sociedade desigual. Scielo, Campinas, p. 1100, Outubro/ Dezembro, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/jZgN9bxbKPr8m5SKrNCQr5f/?lang=pt&format=pdf>

RODRIGUES, Danielle; GUEDES, Sabrina. **Multiculturalismo e suas implicações na educação**. Canal CECIERJ, 2019. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/recurso/17144>. Acesso em: 20 set 2022.

SANTOS, João. **Pobreza e déficit educacional**: um retrato dos municípios brasileiros. Entrevista especial com Luciano Nakabashi. Instituto humanitas Unisinos, 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/618533-pobreza-e-a-causa-do-deficit-educacional-brasileiro-entrevista-especial-com-luciano-nakabashi>. Acesso em: 16 ago 2022.

DIAS, Érika; PINTO, Fátima. **Educação e sociedade**. Scielo, Rio de Janeiro, p. 449, Julho/ Setembro, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/MGwkqfpsmJsgjDcWdqhZFKs/?lang=pt&format=pdf>

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 8 ago 2022.

RAMALHO, Lays. **Diversidade cultural na escola**. Diversidade e educação, p. 33, Julho/ Dezembro, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/6376-Texto%20do%20artigo-18818-1-10-20170111.pdf>

SOARES, José; ALVES, Maria. **Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica**. Educação e pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 147, Janeiro/ Junho, 2003. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ep/v29n01/v29n01a11.pdf>

MOREIRA, Antônio; CANDAU, Vera. **Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos**. Scielo, São Paulo, n. 23, p. 158, Julho/ Agosto, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/99YrW4ny4PzcYnSpVPvQMYk/?format=pdf&lang=pt>

FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury. **Qualidade de educação: avaliação, indicadores e metas**. ResearchGate, p. 1, Janeiro, 2009 Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Amaury->

Gremaud/publication/237657219_Qualidade_da_Educacao_Avaliacao_indicadores_e_metas/links/543fdd9f0cf21227a11b9657/Qualidade-da-Educacao-Avaliacao-indicadores-e-metas.pdf

GADOTTI, Moacir. **Indicadores de qualidade da educação**. UNICEF, Recife, p. 5, Novembro, 1992. Disponível em:

http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Avalia%C3%A7%C3%A3o/Indicadores_de_qualidade_da_educ_escolar.pdf

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Lições de experiências exitosas para melhorar a educação em regiões com baixos índices de desenvolvimento**. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9449/1/Li%C3%A7%C3%B5es%20de%20experiencias%20exitosas%20para%20melhorar%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20em%20regi%C3%B5es%20com%20baixos%20%C3%ADndices%20de%20desenvolvimento.pdf>

DOURADO, Luiz; OLIVEIRA, João. **A qualidade da educação: Perspectivas e desafios**. Scielo, Campinas, v.29, n.78, p. 201, Maio/ Agosto, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Ks9m5K5Z4Pc5Qy5HRVgssjg/?format=pdf&lang=pt>

PASTORE, José; SILVA, Nelson. **Mobilidade social no Brasil**. Makron Books, São Paulo, 2000, p 1,3. Disponível em:

<http://www.josepastore.com.br/papers/MOBILIDADE%20SOCIAL%20NO%20BRASIL.pdf>

ZIMMER, Roberto. **As relações entre educação, geração de renda e ocupações no estado do Rio Grande do Sul**. UFRS, Porto Alegre, p. 20, 2011. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35441/000789318.pdf?sequence=1&isAllowed=y>